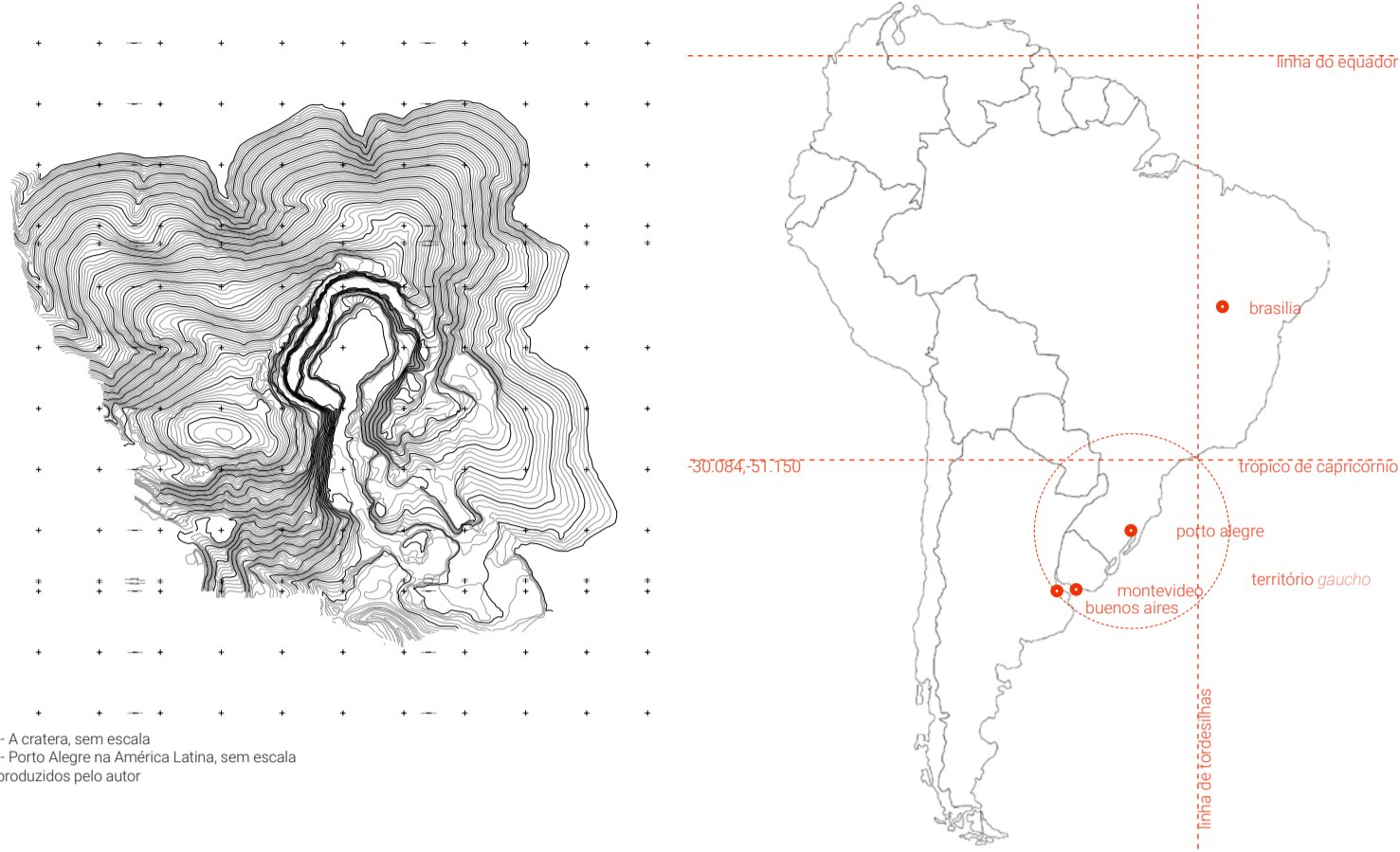


# Território Identitário

centro de reinterpretação do sul



mapa 1 - A crônia, sem escala  
mapa 2 - Porto Alegre na América Latina, sem escala  
ambos produzidos pelo autor

A identidade gaúcha brasileira tem sido historicamente distorcida por agentes políticos diversos desde as revoluções de meados do século XIX. Visões folcloristas foram adotadas como oficiais em uma narrativa fictícia, excludente e que por vezes flerta com um separatismo arrogante decidido a ignorar as próprias raízes de seu povo. Visando a ressignificação do sentimento de pertencimento à identidade gaúcha e, por consequência, brasileira, por todo o povo do sul, a partir de uma visão crítica e historicamente mais justa, propõe-se neste trabalho o projeto de um centro de reinterpretação do sul – um parque museográfico implantado na encosta de uma pedreira abandonada na zona leste de Porto Alegre – que sirva não só de símbolo de uma história quase esquecida, como de oficialização dos agentes que de fato a moldaram, aplicando paralelos artísticos e essencialmente se utilizando da arquitetura para reavaliar essa cicatriz tanto geográfica quanto antropológica.

Narrativas recentes sobre o passado do Rio Grande do Sul enaltecem heróis seletos e costumes teatrais não só marginalizando povos originários do território gaúcho, como afastando cada vez mais essa nova idealização da raiz histórica de fato, ao passo de que casos de crimes de cunho racial, xenofóbico e misógeno crescem aos expoentes. A definição da identidade gaúcha não cabe a um grupo social ou racial exclusivo e não representativo, sobretudo quando essa mesma identidade foi plagiada de entidades que hoje não se sentem mais no direito de usar a denominação gaúcha. É uma máxima do desenvolvimento desse trabalho que o princípio da aproximação do sulista com sua brasilidade é obstruída pela falta de compreensão sobre a própria identidade como povo. O Rio Grande do Sul possui uma história rica, ora brava, heroica, ora desleal e injusta, mas que merece ser contada e reinterpretada por todo e qualquer indivíduo que sinta conexão com essa indomável terra.

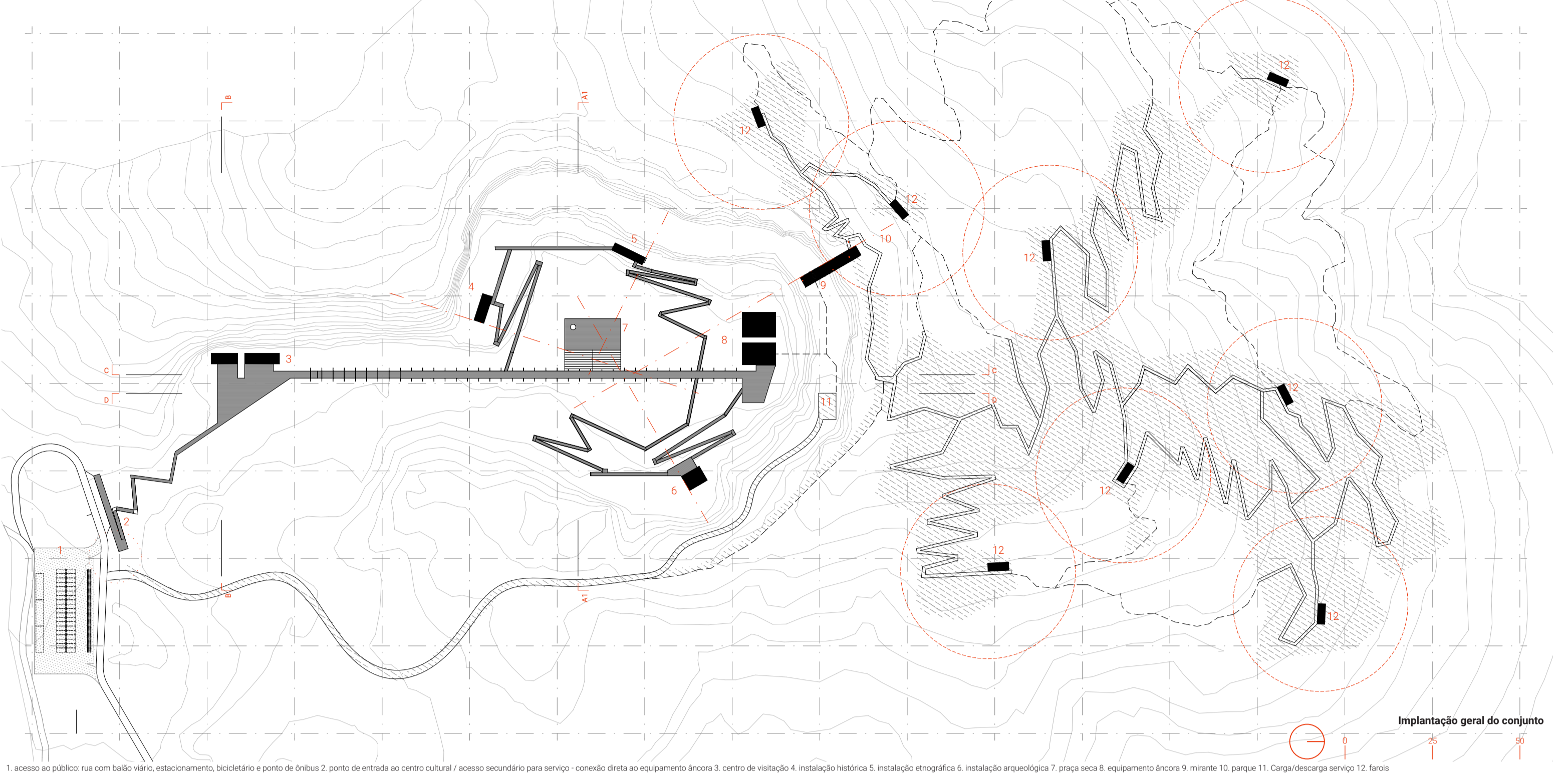
“Todo imaginário é real, todo real é imaginário” – Juremir Machado da Silva

## Do Mito à Identidade

Definir uma identidade nacional de um país tão plural como o Brasil, de dimensões continentais, com uma população formada pelos mais variados povos e culturas, nunca foi tarefa simples ou objetiva. Por vezes na intenção de unificar essa simbologia, se acaba caindo em maneirismos e reforçando estereótipos. A imagem do país tropical é certamente, destes, o mais comum, sendo reforçada pela grande mídia do centro do país e exportada ao exterior: do carnaval, do calor, da afetividade. Nos anos da modernidade brasileira, grandes expoentes artísticos nacionais se empenharam na busca dessa identidade tão fugaz, seja no movimento antropológico dos anos 1920 ou, mais tardiamente, no tropicalismo do final dos anos 1960. Sem dúvida, no entanto, uma região específica do Brasil nunca concordou, se sentiu representada nem tampouco representou essa tão almejada identidade nacional.

O sul do Brasil vem desenvolvendo ao longo dos anos uma relação um tanto conturbada com a ideia de ser brasileiro, se isolando na identificação com o território gaúcho e refutando sua brasilidade. Seja pelo povoamento de caráter isolado e único que ocorreu no território, muito diferente do que se deu a partir de Santa Catarina, seja pelo fato de ser um território tão proximamente relacionado com a história e os costumes dos vizinhos hispanohablantes ou até pelas diferenças geográficas negáveis e as consequências de sua localização subtropical: o frio. O fato é que por mais distante que o povo do sul dessa terra se sinta em relação à ideia de pertencimento ao Brasil, ainda há uma questão anterior a ser respondida, que talvez seja a chave para se compreender como o Rio Grande do Sul se encaixa na rica pluralidade intrínseca ao significado de ser brasileiro. Quem de fato é o Gaúcho?

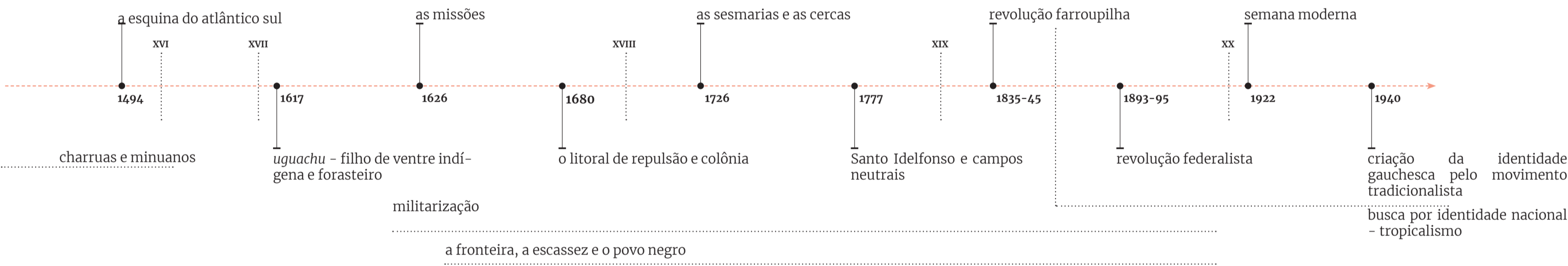
Questão essa que foi amplamente abordada de maneira caricata no trabalho de vida do folclorista Paixão Côrtes, que na década de 1940, juntamente com Barbosa Lessa, criou um “gauchismo teatralizado”, na forma do 35º Centro de Tradições Gaúchas. Na nota enviada à imprensa na época, afirmavam que o objetivo era “preservar este legado imenso dos nossos antepassados, constituído do amor à liberdade e da grandeza de convicções representadas pelo sentimento



1. acesso ao público: rua com balcão viário, estacionamento, bicicletário e ponto de ônibus 2. ponto de entrada ao centro cultural / acesso secundário para serviço- conexão direta ao equipamento âncora 3. centro de visitação 4. instalação histórica 5. instalação etnográfica 6. instalação arqueológica 7. praça seca 8. equipamento âncora 9. mirante 10. parque 11. Carga/descarga serviço 12. faros

“Na estância fictícia dos CTGs, jovens estudantes eram iniciados em tradições recentemente fixadas (ritos, danças e cantos, principalmente), assim como num código de sociabilidade particular, inspirado no universo gauchesco, histórico mas também imaginado, incluindo uma vestimenta oficial, uma linguagem característica e até mesmo uma categoria social inteiramente nova, a “prenda” (termo sem precedentes históricos razoáveis para designar a mulher gaúcha), regulando as formas de conduta e as relações entre seus sócios. [...] Como em todo projeto romântico de invenção de tradições, a dupla Lessa/Paixão Côrtes incorporou, na crítica ao progresso então rápido e vigoroso, o discurso da necessidade de conservação dos hábitos e costumes em vias de extinção. Tal fato fez com que as fileiras tradicionalistas engrossassem com a adesão de políticos, intelectuais e artistas conservadores. (ZALLA; FISCHER, 2018)”

Com a fácil e rápida implantação do modelo dos CTGs, essa imagem folclórica cada vez mais distante das raízes históricas foi sendo amplamente difundida e logo se acomodou como verídica. Ademais, o Movimento Tradicionalista Gaúcho foi se aproximando de lideranças políticas conservadoras, especialmente durante o período da ditadura militar no país, o que deu ampla vantagem à classe latifundiária e pecuarista contra as demandas dos trabalhadores rurais sem-terra. Com a ancoragem da imagética proposta pelo MTG, a imagem mais lapidada, aceita e repercutida hoje sem dúvida é a do ideal pregado pelo movimento, na figura embranquecida e elitista do homem viril, bravo, machista e excêntrico. Vale ressaltar que o próprio Côrtes se afastou do Movimento Tradicionalista Gaúcho nos últimos anos de sua vida, criticando sua visão imutável sobre a cultura e a patrulha excludente do gauchismo.



Fugindo de uma visão folclórica e orientando-se pelo historicismo, a resposta do questionamento inicial é muito diferente. Não só a ancestralidade do povo gaúcho é complexa e cheia de reviravoltas, como a própria origem da palavra “gaúcho” não é consenso entre historiadores. Em 1946, Aurélio Porto sugeriu a hipótese de ser procedente da junção das palavras gachu do Tupi (cantar triste) e che, do Quechua (homem), portanto “homem que canta triste”. Segundo Eduardo Bueno, em outra possível origem, essa mais aceita, é a de que vem inteiramente de uguachu, do Quechua, significando “filho de ventre indígena e forasteiro”. Não só essa etimologia de Bueno serve à origem da palavra gaúcho quanto à própria história do povo do pampa. Segundo Eric Vargas:

“O primeiro registro de “gaúcho” surgiu em Santa Fé (atual Argentina) em 1617, quando “moços perdidos”, vestidos ao estilo dos charruas, com botas de garrão de potro, chiripá e poncho, assaltavam as estâncias de gado. Cartas jesuítas de 1686 falam nos “vagos ou vagabundos” pilhando estâncias missionárias. Em 1820, Saint-Hilaire estabeleceu as diferenças entre o “campeiro”, que trabalhava nas estâncias, e o “gaúcho”, pilhador, ladrão que não entendia o significado de pátria. Notem, todas essas alcunhas vieram de escritores que representavam o poder político e econômico colonialista. Sendo assim podemos, numa perspectiva dos otimistas, afirmar que o gaúcho histórico negava a condição de domado pelos poderosos e ignorava acordos sociais. (VARGAS, 2021)”

Num breve panorama histórico, pode-se salientar um conjunto de episódios que serviram de alicerce na origem da identidade gaúcha, se vistos por esse modo. Mesmo em um redemoinho de dúvidas narrativas, um ponto originário é legítimo: a zona em que se encontra hoje a maior parte do Rio Grande do Sul sempre foi território indígena. Dois povos originários do Sul da América do Sul viviam, essencialmente, *em la pampa* internacional (Argentina, Uruguai e Brasil). Eram esses os indígenas Charruas e Minuanos, povos nômades, caçadores, coletores e afeitos aos adversidade geográfica e às intempéries do clima gaúcho.

Com a assinatura, em 1494, do célebre Tratado de Tordesilhas, o “novo mundo” tinha sido dividido entre os dois grandes impérios da época, sendo a parte portuguesa estendida até a chamada “esquina do atlântico sul”, em Laguna, Santa Catarina. Ao sul dessa localidade, já em território espanhol, é onde começa o *Litoral de Repulsão*, a maior costa retilínea do mundo, que tem importantíssimo papel mais tarde no povoamento do território, visto que era impossível à época atracar embarcações na costa gaúcha, portanto as tropas vinham do norte via terrestre, pela “solidão de areia, a linha inexpressiva e traiçoeira da costa”, como afirma Vera Lucia Maciel Barroso. Por volta de 1626 se instalam as missões jesuíticas no oeste do estado, no norte da argentina e no sul do paraguai, onde indígenas Guaranis e jesuítas espanhóis em um não tão intencional intercâmbio cultural prosperaram por muitos anos até a chegada dos bandeirantes, vindos de São Paulo, dando início às Guerras Guaraniáticas. Em 1680, a mando de Portugal, Manuel Lobo funda a cidade de Colônia do Sacramento, à margem esquerda do Rio da Prata, a poucas milhas náuticas de Buenos Aires. A cidade é logo invadida e destruída pelo exército espanhol. Em 1737 é criada o primeiro grande centro do território, a cidade de Rio Grande, localizada próxima à metade da rota terrestre que era percorrida entre Laguna e Colônia do Sacramento. Já em 1777 se faz valer o Tratado de Santo Idelfonso, que dita a demarcação de fronteiras no território gaúcho, ficando a área das missões jesuítas a oeste do estado para Portugal, e encerrando a disputa pela área cisplatina de Colônia do Sacramento, que fica com a coroa espanhola. A área sudeste do estado, próxima às lagoas Mirim e Mangueira, território Minuano, são considerados Campos Neutrais.

Ao povo *gaúcho*, nascido dessa fusão de Charruas, Minuanos, Guaranis, Jesuítas e colonos ibéricos, habitante da *pampa*, não interessavam essas fronteiras cartográficas, dividindo (hoje) Uruguai e Brasil, visto que por centenas de anos viveram nessa “terra de ninguém”, onde a escassez de riquezas e a descentralização do poder giouiu seus caminhos. Na concepção do historiador Frederick Jackson Turner, o próprio conceito de fronteira não é a linha que separa estados soberanos, mas o território livre a ser ocupado, portanto independentemente de a qual coroa a área gaúcha pertencesse, aquela terra já tinha se tornado uma nação, sendo ocupada pelos *gauchos*. Com o fim da Guerra Guaraniática e a ruína das missões, não só o gado que era criado se espalha pelo pampa e se torna selvagem como os costumes hoje idealizados do povo *gaúcho* começam a se mostrar com mais nitidez. Os Charruas e Minuanos, acostumados com a caça, criaram uma conexão inseparável com o Cavallo Crioulo. Cavalgando, o Charrua, tendo o Chiripá como vestimenta tradicional, se utilizava da Boleadeira para caçar esse gado, que agora selvagem, pastava solto pelo pampa gaúcho. A erva mate, de origem Guaraní, que era amplamente cultivada nos ervais jesuítas, se difundiu rapidamente tal as especiarias para os europeus.

A história do povo *gaúcho* tem uma grande reviravolta com as concessões de sesmarias durante a estratégia de povoamento português no Rio Grande do Sul. Grandes glebas do território, antes terra de ninguém (ou de todos), a partir desse momento tinham donos e cercas. O gado voltou a ser criado, agora pelos novos estancieiros e pecuaristas. Os *gauchos* entretanto, que nunca tinham tido contato com ideias capitalistas de propriedade privada, logo foram vistos como foras-da-lei, saqueando estâncias, roubando gado e vivendo à margem dessa nova fronteira. Os *gauchos* que conseguiram se inserir na sociedade se tornaram peões (quem anda a pé) nas fazendas, trabalhando diretamente com ,e se aproximando muito de outro grande agente dessa história, o negro trazido da região do Moise, da África, como escravo. O *gaúcho*, que nunca tinha sido dono de nada, e agora ainda sem o cavalo, sem a liberdade com a qual o deflma e preso ao trabalho de criação de gado e à produção de charque, tinha se tornado muito mais achegado ao negro escravo do que à elite branca pecuarista, incorporando aliados e costumes destes, como o palheiro, o cânhamo e o assado de costela, considerada à época uma “sobra” e feita em fogo de chão, tradição Charrua.

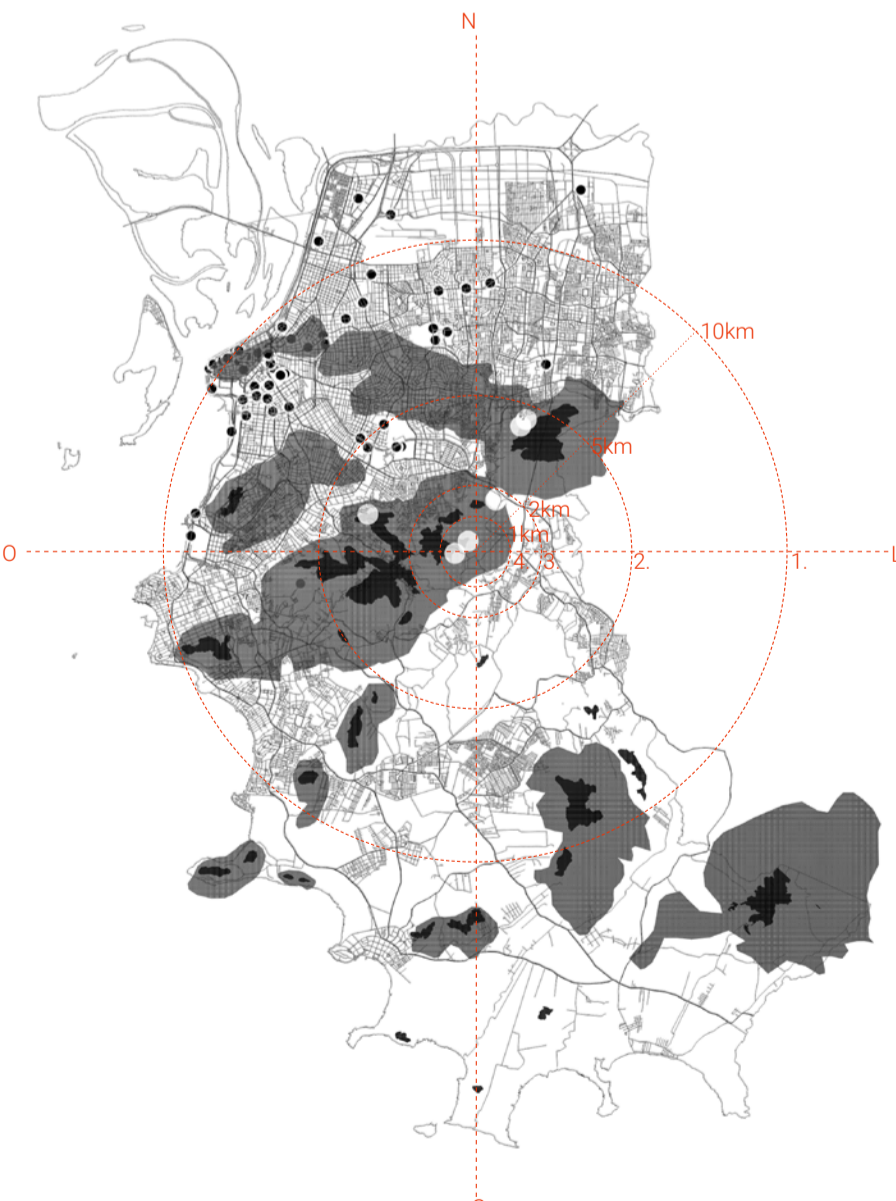
Com a explosão da revolução farroupilha no fatídico 20 de setembro de 1835, estancieiros mandam a guerra para lutar lado a lado, contra o Império Brasileiro, peões e escravos. Elites rio- grandenses insatisfeitas com o governo brasileiro chegam a declarar o separatismo, se reconhecendo como a República Rio-Grandense, tendo como maior expoente o escravocrata Bento Gonçalves da Silva. A guerra dura aproximadamente 10 anos, terminando em negociações entre elites políticas e sociais dos dois lados. Nos momentos finais do conflito se dá um dos mais vis capítulos da história desse povo, segundo o historiador Leonardo dos Reis Gandia. O massacre de Porongos, onde Império e Farrapos, nas figuras de Duque de Caxias e Davi Canabarro, teriam articulado uma tração contra os escravizados combatentes da tropa dos Lanceiros Negros, que lutaram bravamente com a promessa de liberdade após o conflito, mas foram sentenciados a execuções e capturas.

“O evento marcou os movimentos finais da rebelião e resultou na execução de dezenas de soldados negros e na prisão de outros, que foram enviados para o Rio de Janeiro. Porongos tornou-se um episódio muito simbólico do caráter elitista do movimento, especialmente quando passou a circular a notícia de que o ataque das tropas imperiais ao acampamento inimigo havia sido previamente planejado entre Caxias e Davi Canabarro, dissidente farroupilha que se aproximou do líder das tropas legalistas no final da guerra. (GANDEIA, 2022).”

Poucos anos depois, logo após a abolição da escravidura em 1888, se deflagra, em 1893, a maior guerra civil do território brasileiro, a Revolução Federalista ou Guerra da Degola, marcando mais um capítulo sangrento na história do estado do Rio Grande do Sul. Foi após e inspiradas pelos acontecimentos dessa época que grandes obras épicas tratando da memória da *gaúcha* foram escritas, como Martin Fierro, de José Hernandez (1872), Dom Segundo Sombra, de Ricardo Guiraldez (1926) e a trilogia do Gaúcho a Pé, de Cyro Martins (1954).

As batalhas travadas no território rio- grandense têm sem dúvida imensa influência na imagética gaúcha proposta por Côrtes e Lessa no século XX, mas o fato é que por mais que tenha sido linha de frente nesses conflitos, o *gaúcho* de fato, filho de ventre indígena com forasteiro, pouco influenciou nas decisões, intenções ou desdobramentos dessas histórias. Muito porque, talvez, essas histórias não tenham feito parte da origem desse povo, de seus costumes e hábitos, que vinham sendo concebidos há séculos por diferentes matrizes. É importante, entretanto, analisar esses processos de maneira conjunta, pois assim como no curso do deslocamento da fronteira, o gaúcho não foi mandante, mas teve influência e foi influenciado de maneira essencial. Ademais, segundo Elmar Bones, no livro Lanceiros Negros (2006), foi um período fundamental para o entendimento do protagonismo negro na história das fronteiras do sul. A denominação gaúcha pós-revoluções, em decorrência desses fatores, porta um caráter muito mais elitista, separatista e militarista, não consoante com a identidade *gaúcha* do povo do pampa que até então cavalgava em amplos horizontes sem liderança política imperialista.

O Gaúcho brasileiro, portanto, surge dessa fusão “a ferro e fogo” de povos originários específicos, no brasil, do pampa, com a influência ibérica, por muitos anos mais espanhola do que portuguesa e posteriormente, em menor escala, de sua aproximação com o negro escravizado. Quando ocorrem as imigrações mais tardias, no final do século XVIII, de outros povos vindos da Europa, a identidade *gaúcha* já estava bem definida, dessa maneira pouco influenciaram nessa imagética, se limitando a adicionar aspectos característicos no processo de colonização do estado e mantendo, cada qual, suas próprias tradições. A história da origem do povo *gaúcho*, da constituição de sua identidade, assim sendo, ocorreu em uma zona, à época, ainda sem fronteiras definidas, portanto muitos trejeitos, costumes e características são partilhadas com os *gauchos* uruguaios e argentinos.



mapa 3 - Cultura em Porto Alegre, sem escala, elaborado pelo autor

PRÊMIO IAB RS - turmas 2023



# 1/4

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL - DEPARTAMENTO DO RIO GRANDE DO SUL